

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.640 - PB (2019/0352282-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ADRIANO TADEU DA SILVA
ADVOGADO : ADRIANO TADEU DA SILVA - PB011320
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : MARIA DA CONCEICAO MEDEIROS CARNEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO MEDEIROS CARNEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (HC n. 0810680-56.2019.8.15.0000).

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 11 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer da sentença em liberdade.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, que a paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, pois é primária, de bons antecedentes e responsável por três filhos menores, de modo que faz jus à substituição da prisão pelo regime domiciliar.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, ou sua substituição pela prisão domiciliar.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não

Superior Tribunal de Justiça

verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, os incisos IV e V do art. 318 do Código de Processo Penal autorizam o Juiz a substituir a prisão preventiva da mulher gestante ou mãe com filho de até 12 anos de idade pela domiciliar.

Sobre o tema, o Colegiado da Suprema Corte, por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* coletivo n. 143.641/SP, concluiu que a norma processual (art. 318, IV e V) alcança todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, relacionadas naquele *writ*, bem ainda todas as outras em idêntica condição no território nacional.

Em data recente, sobreveio a Lei n. 13.769/2018, de 9/12/2018, introduzindo os artigos 318-A e 318-B no Código de Processo Penal:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.

Efetivamente, a novel legislação estabelece um poder-dever para o Juiz substituir a prisão preventiva por domiciliar de gestante, mãe de criança menor de 12 anos e mulher responsável por pessoa com deficiência, sempre que apresentada prova idônea do requisito estabelecido na norma (art. 318, parágrafo único, do CPP), ressalvadas as exceções legais.

Todavia, a normatização de apenas duas das exceções não afasta a efetividade do que foi decidido pelo Supremo no *Habeas Corpus* n. 143.641/SP,

nos pontos não alcançados pela nova lei. O fato de o legislador não ter inserido outras exceções na lei não significa que o Magistrado esteja proibido de negar o benefício quando se deparar com casos excepcionais. Assim, deve prevalecer a interpretação teleológica da lei, bem como a proteção aos valores mais vulneráveis. Com efeito, naquilo que a lei não regulou, o precedente da Suprema Corte deve continuar sendo aplicado, pois uma interpretação restritiva da norma pode representar, em determinados casos, efetivo risco direto e indireto à criança ou ao deficiente, cuja proteção deve ser integral e prioritária.

Ao menos em análise perfunctória, entendo que a situação da paciente se amolda a uma das hipóteses legais e jurisprudenciais que excepcionam a concessão do benefício da prisão domiciliar, qual seja, a prática de delito mediante violência e grave ameaça a pessoa, circunstância esta elementar do próprio tipo penal de roubo.

Além do mais, a princípio, entendo que a prisão preventiva encontra-se amparada na garantia da ordem pública, tendo em vista o *modus operandi* utilizado na prática delituosa (roubo contra a empregadora, com uso de arma de fogo, a qual inclusive foi disparada e quase causou a perda da perna da vítima), e o fato de a paciente ter respondido a todo o processo presa e ter sido condenada a pena elevada (11 anos de reclusão).

Diante da situação excepcionalíssima, não vislumbro, por ora, a possibilidade de concessão do benefício, não prevalecendo, pois, neste momento, as razões humanitárias. Nesse mesmo sentido, entendo que se faz necessária a medida extrema, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Desse modo, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em

Superior Tribunal de Justiça

momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio de senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

